

Heráclito Antônio Mossin

Advogado criminalista – Professor de Direito Processual Penal e Direito Penal da UNAERP – UNIRP - FAAP – Membro da Academia Brasileira de Direito Criminal (ABDECRIM) e Academia Ribeirãopretana de Letras Jurídicas.

Júlio César O.G. Mossin

Advogado criminalista - Curso sobre a reforma pontual do Código de Processo Penal, ministrado pela Escola Superior da Advocacia (ESA) e especialização em direito penal e processual penal pela Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP).

PRESCRIÇÃO EM MATÉRIA CRIMINAL



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Prescrição em Matéria Criminal – 2ª edição

© Heráclito Antônio Mossin e Júlio César O.G. Mossin

J. H. MIZUNO 2015

Revisão:

Douglas Dias Ferreira

Ficha Catalográfica Elaborada Por Meyre Raquel Tosi Bibliotecária – CRB 8 n. 759

343.291 M871p	Mossin, Heráclito Antônio. Prescrição em matéria criminal / Heráclito Antônio Mossin; Júlio César O.G. Mossin. Leme: J. H. Mizuno, 2015. 292p. 21cm. Inclui bibliografia. Inclui índice alfabético remissivo. 1. Crime - Prescrição 2. Prescrição criminal. I. Mossin, Júlio César O.G. II. Título
ISBN 978-85-7789-212-9	CDU 343.291
Índice para o Catálogo Sistemático	
Crime - Prescrição	343.291
Prescrição criminal	343.291

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
Passos Históricos	13
CAPÍTULO 2	
Direito Comparado	19
CAPÍTULO 3	
Definição e Diferença com a Decadência e a Perempção	23
CAPÍTULO 4	
Natureza Jurídica.....	33
CAPÍTULO 5	
Razão da Prescrição	39
CAPÍTULO 6	
Delitos Imprescritíveis	47
CAPÍTULO 7	
Modalidades de Prescrição	53
CAPÍTULO 8	
Prescrição Antes de Transitar em Julgado a Sentença	55
1. Prescrição da pretensão punitiva ou da ação penal.....	55
1.1. Efeitos	60
1.2. Prescrição das penas restritivas de direitos.....	63

1.3. Prescrição da pena de multa.....	66
2. Prescrição retroativa.....	70
2.1. Sentença condenatória proferida em grau de recurso e pena reduzida pelo tribunal.....	79
2.2. Reconhecimento da prescrição em sede de “habeas corpus” e de revisão criminal	81
2.3. “ <i>Reformatio in peius</i> ” indireta e prescrição.....	83
2.4. Efeitos da prescrição retroativa.....	85
2.5. Início do prazo prescricional antes de transitar em julgado a sentença final.....	86
2.6. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição.....	95
2.7. Outras hipóteses legais de suspensão do prazo prescricional	102
2.8. Prescrição retroativa por antecipação (virtual).....	109
3. Prescrição intercorrente, superveniente ou subsequente	114
3.1. Efeitos da prescrição intercorrente.....	123

CAPÍTULO 9

Prescrição Depois de Transitar em Julgado Sentença Condenatória.....	127
1. Termo inicial da prescrição da pena ou da pretensão executória	129
2. Aumento do prazo prescricional pela reincidência	146
3. Suspensão do prazo da prescrição da pretensão executória	148
4. Efeitos da extinção da punibilidade pela prescrição da pena.....	149

CAPÍTULO 10

Causas Interruptivas da Prescrição	151
1. Recebimento da denúncia ou queixa	155
2. Pronúncia	159
3. Decisão confirmatória da pronúncia	164
4. Pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis	165
5. Início ou continuação do cumprimento da pena.....	169
6. Reincidência	177
7. Efeitos da interrupção para todos os autores do crime	181
8. Interrupção da prescrição nos crimes conexos	184

CAPÍTULO 11

Contagem do Prazo Prescricional	189
--	------------

CAPÍTULO 12

Redução dos Prazos Prescricionais.....	193
---	------------

CAPÍTULO 13

Concurso de Crimes e Prescrição	201
--	------------

CAPÍTULO 14

Prescrição de Penas Cumulativas ou Alternativas	205
--	------------

CAPÍTULO 15

Prescrição na Legislação Especial	215
--	------------

CAPÍTULO 16

Prescrição da Medida de Segurança	225
--	------------

CAPÍTULO 17

Prescrição de Ofício e por Provocação	237
--	------------

CAPÍTULO 18

Ementário	245
1. Declaração de ofício.....	245
2. Efeitos da declaração da prescrição	249
3. Estatuto da criança e do adolescente	249
4. Interrupção da prescrição	251
5. Prescrição da medida de segurança	256
6. Prescrição da pena de multa	258
7. Prescrição da pretensão executória	260
8. Prescrição da pretensão punitiva	262
9. Prescrição em crime continuado	264
10. Prescrição em crime permanente.....	265

11. Prescrição no concurso de crimes (regras gerais)	267
12. Prescrição no concurso material	268
13. Prescrição nos crime de bigamia e falsificação de registro civil.....	268
14. Prescrição retroativa.....	269
15. Prescrição superveniente ou intercorrente.....	272
16. Prescrição virtual ou antecipada	275
17. Redução do prazo prescricional.....	277
18. Súmulas.....	282
REFERÊNCIAS.....	285
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	289